



Discurso e Reprodução de um Paradigma: Belo Monte nas Páginas da Revista Veja¹

Priscila Muniz de MEDEIROS²

Patrícia Muniz de MEDEIROS³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Universidade Federal da Bahia, Barreiras, BA

RESUMO

Partindo do conceito de paradigma, o artigo pretende traçar algumas características de dois modelos de sociedade distintos, sendo um o vigente, ancorado numa razão instrumental, e o outro a utopia de um paradigma ecológico. Em seguida, será feita uma análise de como o discurso presente na reportagem “Nocauteados pela lógica”, da revista Veja, sustenta e é sustentado pelo atual paradigma da modernidade através de estratégias ideológicas. A reportagem em questão trata da repercussão virtual de dois vídeos que trazem posições antagônicas a respeito da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

PALAVRAS-CHAVE: Paradigmas; Construcionismo; Análise do Discurso; Meio Ambiente; Belo Monte.

Paradigmas, Ciência e Sociedade

Quando Thomas Kuhn escreveu “A estrutura das revoluções científicas”, ele trouxe a tona o conceito de paradigma, que, na obra, apesar de não ganhar uma definição precisa (PIAGET; GARCIA, 2011), foi fundamental para uma reinterpretação sobre os caminhos da ciência. De uma forma geral, muitos pesquisadores vêm entendendo paradigmas como diferentes formas de ver o mundo. Kuhn apresenta dois sentidos principais para seu conceito. No primeiro, ele define paradigma como “toda uma constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhados pelos membros de uma comunidade determinada” (KUHN, 1998, p. 218). O segundo sentido, fortemente conectado ao primeiro, é um dos elementos da referida constelação, e tem a ver com “as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal” (KUHN, 1998, p. 218).

¹ Trabalho apresentado no DT 06 – Interfaces Comunicacionais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Jornalista, mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco.

³ Bióloga, professora assistente da Universidade Federal da Bahia, campus Barreiras, doutoranda em Botânica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.



Se o primeiro sentido de paradigma está relacionado à própria forma através da qual uma sociedade se entende, incluindo aí os contornos que ela dá ao conhecimento, o segundo tem a ver com a prática científica e suas intervenções sobre o mundo. Ambos os sentidos são interdependentes, uma vez que a atividade científica, além de responder aos anseios de um determinado modelo de sociedade, intervém na mesma, transformando tanto o mundo natural quanto as relações humanas. Uma das grandes contribuições do conceito foi a de fazer notar que, ao contrário do que prega a concepção positivista de ciência, a mesma não evolui de forma contínua, através do acúmulo de conhecimentos que, somados, permitiriam uma compreensão cada vez maior de uma realidade também percebida como unívoca. Kuhn defende que, na verdade, os maiores avanços científicos não provêm da continuidade da ciência normal, mas sim de rupturas no modo de se compreender e abordar determinada atividade, o que resultaria numa revolução paradigmática.

Habermas (1987) e Piaget e Garcia (2011) atentam para o caráter ideológico de um paradigma. Para Piaget e Garcia (2011), o que faz com que algo seja absurdo ou evidente em cada sistema explicativo não é determinado pela metodologia ou pela concepção de ciência, mas antes pela ideologia dominante em cada sociedade. Já Habermas entende que “patrocinada pelo cientificismo, a transformação da ciência em ideologia estaria evidenciada no papel que lhe é atribuído, através de sua autoridade cognitiva, de fonte básica de legitimidade nas sociedades industriais modernas” (ROCHA, 2009, p.01).

Há hoje uma corrente do pensamento que percebe uma forte crise no paradigma ocidental de civilização e, arraigadamente, no modelo de uso que essa sociedade dá à ciência e à técnica para resolver seus problemas, modelo este que é baseado numa razão instrumental, conforme percebido pelos teóricos da escola de Frankfurt. Essa crise poderia inclusive culminar no fim da espécie humana.

A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano em mercadoria (SANTOS, 2002, p, 56).

Nessa perspectiva, autores ligados ao movimento ecológico começaram a conceber as bases teóricas de um novo paradigma de civilização, cuja ciência estaria



ancorada numa razão crítica e que mudaria a lógica de separação e oposição entre homem e natureza (na qual o objetivo do primeiro é o de dominar a segunda, conforme o pensamento cartesiano) em prol de um modelo de valorização da vida e da solidariedade entre as gerações atuais e para com as futuras. Moscovici (2007) descreve da seguinte forma os esforços na concepção desse novo modelo:

A maior parte das sociedades – e notoriamente as sociedades modernas – formou-se contra a natureza, determinada a explorá-la e transformá-la pela via da violência. Uma violência no sentido estrito do termo, na medida em que se pensa e age para dominá-la, combatê-la ou forçá-la. É bom admitir que a técnica e a ciência, o psiquismo, as doutrinas filosóficas, são impregnados por essa separação e esse antagonismo, que prevaleceram até aqui. (...) O único remédio: rascunhar, a partir de nossa própria experiência, aquilo que queremos, o que quer dizer uma sociedade pela natureza, uma visão que permite modificá-la em vista da natureza, uma nova ciência que nos ensina a inseri-la em nossa natureza (MOSCOVICI, 2007, p. 32).

Capra (2006) fala de um paradigma holístico, contrário a qualquer reducionismo e baseado numa visão sistêmica e transdisciplinar, que valoriza uma dimensão qualitativa da consciência. Já Morin (2011) vê no pensamento complexo uma arma para combater a “barbárie tecnicista” e “as patologias da razão”. Tal pensamento complexo teria como objetivo recompor o todo.

Isso implica uma revolução epistemológica, uma revolução no conhecimento. Precisamos tentar repudiar a inteligência cega que nada vê além de fragmentos separados e que é incapaz de ligar as partes e o todo, o elemento e seu contexto; que é incapaz de conceber a era planetária e de apreender o problema ecológico (MORIN, 2011, P. 43).

Quanto à forma de materialização desse novo paradigma ecológico num modelo de sociedade, existem pontos de convergência e divergência entre os teóricos, especialmente no que se refere à política e à economia. É quase unânime o questionamento do atual modelo de crescimento econômico e desenvolvimento que dita os rumos do trabalho humano e da intervenção humana sobre a natureza nas sociedades modernas. Dessa forma, “torna-se necessário conceber uma nova maneira de produzir, de consumir e de viver” (MOSCOVICI, 2007). De uma forma geral, é consensual entre os teóricos ligados ao movimento ecológico que o crescimento econômico deve ser limitado pela capacidade da biosfera de absorvê-lo. A ideia de um desenvolvimento sustentável vem ganhando cada vez mais espaço nos debates ambientais, apesar de, em diferentes discursos, ganhar sentidos distintos. Para Cavalcanti, o desenvolvimento sustentável (1994) é

uma preocupação justificada com o processo econômico na sua perspectiva de fenômeno de dimensão irrecorrivelmente ecológica, sujeito a condicionamentos ditados pelas leis fixas da natureza, da biosfera. É uma forma de exprimir a noção de desenvolvimento econômico como fenômeno cercado por certas limitações físicas que ao homem não é dado elidir. Isto equivale a dizer que existe uma combinação suportável de recursos para realização do processo econômico, a qual pressupõe que os ecossistemas operam dentro de uma amplitude capaz de conciliar condições econômicas e ambientais (CAVALCANTI, 1994, p.08).

Alguns teóricos acreditam que, para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, é necessário o congelamento do crescimento econômico (MEADOWS et AL, 1972 apud BRÜSEKE, 1994, p.14). Outros, como Georgescu, acreditam que “em algum momento no futuro, a humanidade deverá apoiar a continuidade do seu desenvolvimento na retração, isto é, com o decréscimo do produto. O oposto do sucedido nos últimos dez mil anos” (VEIGA, 2010, p, 112). Moscovici (2007) entende como sem fundamento a ideia de que “o gigantismo é uma panacéia, que tudo pode continuar a crescer em todas as direções” (MOSCOVICI, 2007, p. 38). Mesmo assim, ele se afasta de qualquer ideia estática de congelamento ou retração do crescimento.

Sobre esse ponto, me separo de muitos ecologistas, simplesmente porque o equilíbrio – o estágio estacionário – não existe, é um tipo de caso ideal de figura teórica. A realidade dos seres, da vida, se materializa em uma pilha de desequilíbrios, em uma sucessão de estados transitórios sem começo nem fim, sem o que não haveria nem evolução nem história. Porém, existe evolução, existe história; de uma ecologia estática de equilíbrio, nós devemos transformá-la em uma ecologia dinâmica, em movimento, em que as fases de desordem se misturam às fases de ordem, dentre as quais o crescimento é apenas uma delas. Pois o crescimento é um fenômeno natural, desde que seja finito e descontínuo (MOSCOVICI, 2007, p. 39).

Moscovici também refuta a ideia de que o crescimento está intrinsecamente associado à diminuição das desigualdades, questionando “como num sistema de desigualdades o crescimento poderá produzir outra coisa que não seja desigualdade? (...) O crescimento passa, as desigualdades ficam” (MOSCOVICI, 2007, p. 39).

Se, de uma forma geral, a ideia de desenvolvimento sustentável traz consigo a noção que é preciso, de alguma forma, limitar o crescimento econômico, o próprio termo desenvolvimento sustentável não é unanimemente aceito enquanto retrato do novo paradigma ecológico. Morin (2011) acredita que

A ideia de desenvolvimento sempre implicou uma base técnicoeconômica, mensurável pelos indicadores de crescimento e os dos



lucros. Ela supõe de modo implícito que o desenvolvimento técnicoeconômico seja a locomotiva que naturalmente impulsiona, em consequência, um “desenvolvimento humano, cujo modelo ideal e perfeito é o dos países considerados desenvolvidos, ou seja, os ocidentais. Essa visão pressupõe que o estado atual das sociedades ocidentais constitui a meta e a finalidade da história humana. O desenvolvimento ‘sustentável’ não faz senão amenizar o desenvolvimento, por levar em consideração o desenvolvimento ecológico, mas sem questionar seus princípios (MORIN, 2011, p. 76).

A Mídia e a Construção do Real

Como já foi sustentado, um paradigma de sociedade é moldado pela ideologia dominante presente na mesma. E a imprensa tem papel fundamental na produção e reprodução dessa ideologia. Althusser (1980), ao elencar os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs), identifica o AIE da informação, na qual ele inclui os distintos veículos de comunicação. Thompson (1995), discordando da abordagem de Althusser, vai mais além, refutando o caráter “relativamente periférico” dado por esse às instituições de comunicação de massa, que são tratadas como um entre diversos AIEs. Para Thompson, a classificação não está de acordo com a centralidade que a mídia adquiriu na cultura moderna, uma vez que “esses meios são parcialmente constitutivos do próprio fórum em que as atividades políticas acontecem nas sociedades modernas” (THOMPSON, 1995, p. 128).

Vizeu e Correia (2006) apontam o jornalismo como um importante lugar na construção social da realidade, defendendo que “a notícia, ao refratar a realidade, constitui e é constituída por essa” (VIZEU; CORREIA, 2006, p. 3). A partir disso, eles concluem que “A imagem que a mídia constrói da realidade é resultado de uma atividade profissional de mediação vinculada a uma organização que se dedica basicamente a interpretar a realidade social e mediar os que fazem parte do espetáculo mundano e o público” (VIZEU; CORREIA, 2006, p. 3).

Tal ideia está vinculada à perspectiva construtivista de compreensão da realidade social. Nela, as realidades são entendidas como construções levadas a cabo através de processos históricos. Ou seja: não é que as realidades não existam. Elas existem, mas enquanto resultado de um trabalho humano; elas não estiveram ali toda a eternidade (CORCUFF, 2001).

A produção do conhecimento humano sobre sua realidade social se dá através do discurso. E o jornalismo, enquanto gênero discursivo (BENETTI, 2007), tem um papel



essencial nesse processo, graças à já citada centralidade que os meios de comunicação adquiriram nas sociedades modernas. É importante ressaltar que o discurso não se restringe às regras de uso de uma língua. Mais que isso, ele “resulta das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala” (CHARAUDEAU, 2010, p. 40). No discurso, além do que está posto, o silêncio também desempenha seu papel na formação dos sentidos. “O esquecimento é parte constitutiva da ação discursiva do sujeito e confirma a noção de que todo discurso é o encontro de muitas vozes – não apenas as que falam em nome do sujeito, mas também, e muitas vezes especialmente, as que não falam” (BENETTI; JACKS, 2001, p. 4-5).

Finalmente, destaco a ligação entre discurso e poder analisada por Van Dijk (2010). O autor entende que o controle do discurso em determinada sociedade está estritamente associado à detenção do poder, uma vez que “se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar” (VAN DIJK, 2010, p. 18).

Ao contrário do que prega a defesa da existência da objetividade e imparcialidade jornalística, os textos jornalísticos, enquanto discursos, são construídos dentro de um universo ideológico marcado por relações de poder, nos quais o dito e o não-dito tem, ambos, importância fundamental na formação do sentido. Tais discursos, além de serem constituídos a partir de uma dada realidade social, trabalham na produção e reprodução da mesma. É nessa perspectiva que analisarei a reportagem “Nocauteados pela lógica”, publicada pela revista *Veja*. Na análise, tentarei mostrar alguns dos elementos que, na reportagem, são constituintes dos “óculos especiais a partir dos quais os jornalistas vêem certas coisas e não outras” (BOURDIEU, 1999, p. 25).

Belo Monte nas Páginas da *Veja*

A reportagem “Nocauteados pela lógica” foi publicada pela revista *Veja* na sua edição de 7 de dezembro de 2011. O texto jornalístico trata da repercussão virtual de dois vídeos que trazem posições antagônicas a respeito da construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, na Amazônia paraense. Num deles, conhecidos atores de televisão se mostram contrários à obra, baseando seus argumentos na degradação ambiental que ela provocaria, na pouca eficiência que a hidrelétrica teria e



nas consequências sociais para índios e populações ribeirinhas, além de uma alegada violação dos direitos humanos. No outro vídeo, estudantes de engenharia na Universidade de Campinas (Unicamp) refutam um a um os argumentos dos atores. Na análise que será feita, serão escolhidos alguns trechos da reportagem que, conforme entendemos, demonstram de forma mais explícita a operação ideológica da revista e seu alinhamento a um paradigma de civilização baseado numa razão instrumental.

A reportagem, que ganhou a capa da edição da *Veja*, é toda construída a partir de uma metáfora que compara a situação que envolve os dois vídeos a uma luta de boxe. Tal construção pode ser evidenciada em vários momentos: na capa, além da imagem de uma luva de boxe, aparece a manchete “O nocaute das estrelas”, com o seguinte subtítulo “Hidrelétricas na Amazônia – Os estudantes reagem aos artistas ecochatos e fazem o primeiro debate sério da internet brasileira”. A metáfora do boxe também aparece no interior da reportagem, presente desde o título (Nocauteados pela lógica) até os infográficos, que trazem, lado a lado, argumentos dos atores e contra argumentos dos estudantes, só que com uma luva de box apontada para os artistas, acompanhada pela onomatopeia “pow”.

Quando Thompson (1995) distingue cinco modos gerais através dos quais a ideologia opera, ele elenca a categoria “dissimulação”. Dentro dessa categoria, o autor cita algumas formas de uso figurativo da linguagem, entre elas a metáfora. Não que Thompson queira dizer que o uso figurativo da linguagem é sempre ideológico⁴, mas em algumas situações, tal uso esconde estratégias de dominação.

A metáfora implica a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado. Expressões metafóricas levantam uma tensão dentro de uma sentença, através da combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes, tensão essa que, se bem sucedida, gera um sentido novo e duradouro (THOMPSON, 1995, p. 85).

O fato de a revista *Veja* transformar a existência de um conflito argumentativo entre dois discursos distintos numa luta de boxe traz consigo alguns efeitos discursivos relevantes. Inicialmente, uma luta de boxe pressupõe necessariamente um vencedor, enquanto que trocas argumentativas a respeito de determinado tema, não. Dessa forma, o discurso da *Veja* tanto cria a existência de um vencedor e um perdedor quanto proclama ele mesmo quem ocupa cada posição, baseado em nenhum elemento exterior

⁴ Ressaltamos que o autor, assim como esse trabalho, encara ideologia em seu sentido crítico negativo, funcionando como forma de estabelecer e sustentar relações de dominação.



ao próprio discurso. Uma segunda implicação dessa metáfora diz respeito à continuação do debate. Numa luta de boxe, o árbitro inicia a partida, ela é disputada e, após o nocaute, ela chega ao fim, não podendo seu resultado, a princípio, ser modificado. Ao transformar o debate sobre Belo Monte numa luta em que um dos lados foi nocauteado, o discurso tenta “colocar uma pedra sobre o assunto”, tornando a alegada vitória do argumento dos estudantes um resultado fixo e imutável, não passível de contestações futuras.

Uma característica marcante do discurso da *Veja* é a grande quantidade de adjetivos utilizados no texto. No entanto, claramente a adjetivação é voltada para apenas um lado da “disputa”: o dos atores. Enquanto os estudantes são classificados apenas através dos substantivos “estudantes”, “universitários” e “alunos de engenharia”, os atores, além de serem chamados de “atores” e “celebridades”, são também representados como “artistas ecochatos”, enquanto o discurso deles é descrito como “tagarelice bem-intencionada” e “falas alarmistas, (...) ingênuas e equivocadas, quando não francamente constrangedoras”. Tais marcas textuais funcionam como forma de enfatizar quem é o ganhador e quem é o perdedor na querela.

O texto da revista *Veja*, em diversos momentos, destaca a lógica matemática como principal elemento de argumentação. Logo na imagem que abre a reportagem vemos, de um lado, uma atriz com expressão que remete à desorientação, um símbolo de *versus* no meio e, do outro lado, uma mão, uma caneta e um pedaço de papel onde constam alguns cálculos. Na legenda, lê-se: “‘Ih, vou ter que pesquisar’, diz Ísis Valverde no vídeo dos atores. O engenheiro Cássio carvalho fez as contas e mostrou que, se a atriz tivesse feito isso, não teria gravado o vídeo”. No corpo do texto, é possível encontrar construções como “Ao se consolidar, a discussão sobre Belo Monte passou a girar em torno de três eixos: 1) a usina é necessária? (...) Cálculos simples deixam claro que a resposta à primeira questão é um peremptório sim”, ou “A reação via internet dos estudantes que sabem fazer contas é um fenômeno que já produziu boas lições”. Nos infográficos espalhados pela reportagem, vários números são usados para respaldar a argumentação da revista. O discurso “matemático” da *Veja* demonstra que a revista se alinha a um modelo positivista de ciência imbricado em nosso atual paradigma de sociedade. Para Boaventura de Souza Santos

A matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação e ainda o modelo de

representação da própria estrutura da matéria. (...) Deste lugar central da matemática na ciência moderna derivam duas consequências principais. Em primeiro lugar conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objeto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade (SANTOS, 2002, p. 63).

A análise da questão de Belo Monte feita exclusivamente através de argumentos matemáticos tem várias implicações. A maior e mais preocupante delas talvez seja o fato de ela deixar de fora elementos relevantes não quantificáveis, como a importância da preservação ambiental para a sobrevivência e qualidade de vida dos seres humanos e a importância do respeito aos direitos humanos na construção de uma sociedade justa.

Associados aos argumentos matemáticos, aparecem, no texto, apelos à lógica e à razão. Tais apelos constam no título (nocauteados pela lógica), e em vários momentos do corpo do texto, como “Foi assim que o vídeo dos atores rendeu outros três sobre o mesmo tema. feitos por universitários que aprenderam ser a lógica o melhor balizador de opiniões”, ou “à luz da razão não há sombra que consiga se fazer passar por realidade – nem quando envolvida pelo talento de bons atores e atrizes”. Resta claro que a razão à qual o discurso da revista apela é a mesma razão instrumental conceituada pelos teóricos de Frankfurt, razão esta que impede uma reflexão social ampla que fuja a uma perspectiva meramente utilitarista. A utilização de fundamentos ditos racionais funciona como um modo de operação da ideologia. Na classificação de Thompson (1995), a racionalização é um tipo de construção simbólica que visa à legitimação das relações de dominação, que são apresentadas como justas e dignas de apoio. Através da racionalização “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (THOMPSON, 1995, p. 83).

Além da já citada metáfora, o texto trabalha com outra forma de uso figurativo da linguagem como estratégia ideológica. Trata-se da sinédoque, que envolve a junção semântica da parte e do todo. “Essa técnica pode dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividade e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas” (THOMPSON, 1995, p. 85). Na construção seguinte, o uso da sinédoque aparece de forma bem clara: “Nenhum dos



2200 índios da região vive na área a ser alagada. Aliás, eles estão satisfeitos com a obra. ‘A usina vai melhorar a nossa vida’, disse a VEJA o cacique Manuel Juruna, de 68 anos. ‘Ela vai trazer mais progresso para nossa aldeia’”. Ao utilizar o termo genérico “índios” e afirmar que essa categoria está satisfeita com a obra, ancorada na fala de um cacique, a Veja omite o fato que existem índios insatisfeitos com a obra, ocultando também os conflitos que envolvem a execução da mesma. As discórdias envolvendo a construção de Belo Monte vêm historicamente provocando conflitos entre grupos indígenas de um lado, e Governo Federal e empresários de outro. O líder Kayapó Raoni se tornou um símbolo na resistência á construção da usina, chegando inclusive a afirmar que seu povo entraria em guerra contra os construtores da hidrelétrica (CAPOZZOLI, 2011). Para construir um discurso calcado no consenso, a Veja silencia os conflitos.

O silenciamento de conflitos é visível também em outros momentos do discurso. Veja alega que “o vídeo dos atores rendeu outros três sobre o mesmo tema”, citando apenas vídeos com conteúdos favoráveis a Belo Monte, e ignorando outros que se posicionaram contra a construção da usina que também surgiram na internet⁵. Além disso, a revista classifica como “fala constrangedora” um trecho do vídeo dos artistas no qual eles questionam a ideia de que as hidrelétricas produzem energia limpa. Num infográfico, aparece a explicação de um estudante, que diz: “Energia hidrelétrica é energia limpa. Vamos ver a usina como uma fábrica: ela usa água como matéria prima. Mas e como resíduo? Água. Sai tão limpa quanto entrou. A diferença é que ela entra em um lugar alto, usa sua energia para movimentar as turbinas e sai em um lugar baixo. Sai a mesmíssima água, do jeito que entrou”. Neste caso, há o silenciamento de um outro discurso, defendido por alguns estudiosos das áreas energética e ambiental, que não consideram a energia hidrelétrica como limpa, em virtude dos danos ambientais que ela provoca e da emissão de gases poluentes que ocorre graças ao apodrecimento da matéria orgânica da floresta desmatada para a construção das usinas.

Os reservatórios das hidrelétricas já construídas na região, como Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Samuel (RO), emitem quantidades consideráveis de CO₂ e CH₄, ambos gases de efeito estufa, colaborando com o agravamento do impacto ambiental desses reservatórios. Tomando-se como base o que já aconteceu com estas usinas hidrelétricas, se todos os aproveitamentos hidrelétricos de grande porte que estão previstos na Amazônia forem concretizados, estima-se que

⁵ Antes da data de publicação da revista, o vídeo “Belo Monte é a Gota d’água?” (http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=xnitmB22JtQ), contrário à obra, já estava público na internet. Outros, também contrários, também surgiram após a publicação da revista.



serão emitidos cerca de 2.308,5 milhões de toneladas equivalentes de CO₂ nos primeiros dez anos após o início da operação das usinas, ou 231 milhões de toneladas equivalentes de CO₂ por ano. Esse volume corresponde a 75% ou $\frac{3}{4}$ da quantidade de emissão líquida total para o ano de 1999 proveniente da queima dos combustíveis fósseis, lenha e carvão vegetal com origem de mata nativa, o que representa uma contribuição significativa e absolutamente indesejável (BERMANN, 2002, p. 03).

Para finalizar a análise, vale observar o argumento para o qual todos os demais presentes no texto parecem convergir. A revista, após defender a necessidade da usina de Belo Monte, afirma que “Sem novas fontes de energia, o Brasil não poderá crescer 5% ao ano na próxima década, como prevê o governo e esperam os brasileiros”. Tal discurso confirma o total alinhamento da revista ao paradigma social vigente, baseado no “quadrimotor ciência-técnica-indústria-economia” (MORIN, 2011) e que não problematiza o ideal de crescimento ilimitado.

Considerações Finais

Este trabalho tentou demonstrar de que formas o discurso midiático reproduz a ideologia que ancora o paradigma moderno de civilização, ao constituir e ser constituída pela realidade percebida através das lentes do paradigma dominante, que Souza Santos (1999) chama de paradigma capital-expansionista. Aqui, cabem algumas ressalvas para que o entendimento da questão seja mais abrangente. O caso da reportagem “Nocauteados pela lógica” é exemplar do alinhamento da mídia com a ideologia dominante porque o discurso presente nela deixa bastante explícitos tanto alguns modelos de operação da ideologia quanto as prerrogativas de uma razão instrumental. Nem sempre o discurso das mídias explicita tão claramente tais elementos. Por vezes, eles aparecem de formas mais sutis, mas não deixam de estar presentes. Por outro lado, elementos de um paradigma ecológico alternativo começam a penetrar no discurso jornalístico, ainda que em menor proporção e restritos a situações específicas. CASTELLS (2009) percebe que a mídia teve o mérito de fazer com que cada vez mais gente se inteirasse das questões relativas aos problemas ambientais, ainda que a temática costume se moldar aos interesses dos veículos. “A mídia é ao mesmo tempo propagadora das mensagens do movimento ambiental e a produtora dessas mensagens em um formato que se encaixe nas regras e metas de seu negócio” (CASTELLS, 2009, p.318).



Com base no que já foi defendido neste trabalho, entendemos que o paradigma capital-expansionista deve ser superado, uma vez que ele põe em risco a sobrevivência do ser humano e de todas as outras espécies da biosfera, além de estar associado a um modelo de sociedade injusto e desigual. Entendemos que os esforços da humanidade devem se concentrar em perseguir a utopia de um modelo ecológico, ou paradigma de uma democracia eco-socialista, de acordo com a conceituação de Souza Santos (1999). Apesar de ainda não haver um consenso sobre a materialização deste paradigma, já há vários pontos comuns a diferentes abordagens.

O paradigma eco-socialista é o paradigma emergente e, tal como eu o concebo, tem as seguintes características: o desenvolvimento social afere-se pelo modo como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais e é tanto maior, a nível global, quanto mais diverso e menos desigual; a natureza é a segunda natureza da sociedade e, como tal, sem se confundir com ela, tão-pouco lhe é descontínua; deve haver um estrito equilíbrio entre três formas principais de propriedade: a individual, a comunitária, e a estatal. (SANTOS, 1999, p. 289).

Para que haja um resgate das energias utópicas, a comunicação é indispensável. Conforme destaca Castells (2009), “A maneira como nós sentimos e pensamos determina a forma como agimos. Mudanças no comportamento individual e na ação coletiva, gradualmente, mas certamente, impactam e modificam normas e instituições que estruturam as práticas sociais” (CASTELLS, 2009, p. 299). Tal mudança de pensamento só pode ocorrer por meio de processos comunicativos, uma vez que “poder é mais do que comunicação, e comunicação é mais do que poder. Mas o poder se fia no controle da comunicação, assim como o contra-poder depende da ruptura de tal controle” (CASTELLS, 2009, p. 3). Nessa perspectiva, defendemos que, apesar das limitações e contradições presentes no ciberespaço (GOMES, 2008) as novas mídias surgem como meios potenciais para a propagação de discursos vinculados ao paradigma ecológico, tendo em vista que, pelo menos por enquanto,

No cenário digital, da forma como a internet foi estruturada, o capital controla a infra-estrutura de conexão, mas não controla os fluxos de informação, nem consegue determinar as audiências. Também não pode impedir o surgimento de portais e sites independentes e desvinculados do poder político e econômico. Com o surgimento da blogosfera e de outras ferramentas colaborativas, o capital passa a ter que disputar as atenções como nunca ocorrera no capitalismo industrial (SILVEIRA, 2008, p. 34).

Ainda que cheguemos a desenhar com contornos mais claros a nova utopia ecológica, a humanidade não tem como prever de que forma seus preceitos desenhariam



as relações sociais futuras, pois “é preciso reconhecer que o real ferve de possibilidades, que não se sabe o que vai surgir dele, nem como escolher suas próprias finalidades e seu próprio partido” (MORIN, 2011, p. 141). Mesmo tendo isso em vista, uma utopia a ser alcançada é essencial numa perspectiva teleológica de construção de um mundo mais justo e sustentável.

Penso que só há uma solução: a utopia. A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e porque merece a pena lutar (SANTOS, 1999, p. 278).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

BENETTI, Márcia. **O jornalismo como gênero discursivo**. Galáxia, n 15. São Paulo: PUC-SP, 2008.

BENETTI, Márcia; JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. In: 10º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001. **Anais...** GT de Jornalismo, Brasília: Compós, 2001.

BERMANN, Célio A perspectiva da sociedade brasileira sobre a definição e implementação de uma política energética sustentável – uma avaliação da política oficial. In: Seminário internacional fontes alternativas de energia e eficiência energética – opção para uma política energética sustentável no Brasil (**Anais...**). Câmara dos Deputados, Brasília, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco. 1994, p. 29-40. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>> Acesso em 20/11/2011.

CAPOZZOLI, Ulisses. A usina da discórdia. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 44, p. 68-73, 24 out. 2011. Edição Especial.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Nova York: Oxford University Press, 2009.

CAVALCANTI, Clovis. Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma**



- sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco. 1994, p. 17-28. Disponível em:
<<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>> Acesso em 20/11/2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2001.
- COURA, Kalleo et al. Nocauteados pela lógica. **Veja**, São Paulo, n. 49, p. 140-146, 17 nov. 2011.
- GOMES, Wilson. Internet e participação política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p. 293-326.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- MORIN, Edgar. **Rumo ao abismo?** Ensaio sobre o destino da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- MOSCOVICI, Serge. **Natureza**: para pensar a ecologia. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.
- PIAGET, Jean; GARCIA, Rolando. **Psicogênese e história das ciências**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ROCHA, Heitor. **A crítica de Habermas ao cientificismo**: uma proposta de pluralismo epistêmico. Symposium (Recife), v. 1, p. 175-193, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pelas mãos de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 1999.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- van DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XIX. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos . A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: Alfredo Vizeu. (Org.). **A sociedade do Teljornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 11-28.